

O IMPACTO DO DISCURSO DE ÓDIO E OS DESAFIOS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

THE IMPACT OF HATE SPEECH AND THE CHALLENGES OF SOCIAL VULNERABILITY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT



ANTONIO SILVA DE BRITO

Graduado em Educação Artística Habilitação em Artes Cênicas pela Faculdade Paulista de Artes (2010); especialista em Psicanálise pela Escola de Psicanálise de São Paulo (2020); professor de Ensino Fundamental II – Artes na EMEF Monteiro Lobato e coordenador pedagógico na EMEF Plínio Ayrosa.

RESUMO

Nos últimos anos, as redes sociais emergiram como uma das principais ferramentas de comunicação, facilitando a troca de informações e opiniões. Contudo, esses ambientes também se tornaram espaços de disseminação de discursos de ódio, impactando negativamente diversos contextos, incluindo o escolar. Ao combinar esse fenômeno com os desafios de vulnerabilidade social presentes nas escolas públicas, cria-se um cenário que demanda ações concretas. Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas deve estar alinhado aos princípios democráticos do Currículo da Cidade de São Paulo, que se fundamenta em três conceitos orientadores: educação integral, equidade e educação inclusiva. Este artigo busca discutir os impactos do discurso de ódio nas redes sociais, explorar os desafios enfrentados pela escola pública e propor caminhos para promover o protagonismo de professores e estudantes, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), assegurando o direito à aprendizagem.

Palavras-chave: Comunicação; Vulnerabilidade; Protagonismo

ABSTRACT

In recent years, social networks have emerged as one of the main communication tools, facilitating the exchange of information and opinions. However, these environments have also become spaces for the dissemination of hate speech, negatively impacting various contexts, including schools. Combining this phenomenon with the challenges of social vulnerability present in public schools creates a scenario that demands concrete action. In this sense, the schools' Political-Pedagogical Project (PPP) must be aligned with the democratic principles of the São Paulo City Curriculum, which is based on three guiding concepts: integral education, equity and inclusive education. This article seeks to discuss the impacts of hate speech on social networks, explore the challenges faced by public schools and propose ways to promote the protagonism of teachers and students, in accordance with the Law of Guidelines and Bases (LDB), ensuring the right to learning.

Keywords: Communication; Vulnerability; Protagonism

DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS

O discurso de ódio, caracterizado por manifestações que visam inferiorizar, humilhar ou desacreditar indivíduos ou grupos com base em características como raça, gênero, orientação sexual, religião, ou classe social (Trindade, 2023), tornou-se comum nas plataformas digitais. As redes sociais ampliaram o alcance desse tipo de manifestação, muitas vezes mascarado em formas de "piadas" ou "críticas", mas com claros objetivos preconceituosos.

Quando esses discursos migram para o ambiente escolar, criam um clima de exclusão e intolerância. O Currículo da Cidade de São Paulo, ao pautar-se pelos princípios de integralidade, inclusão e equidade, propõe uma escola democrática que deve ser capaz de enfrentar essas manifestações. As escolas precisam construir uma resposta sólida, utilizando o Projeto Político-Pedagógico como ferramenta central para promover um ambiente de respeito e diversidade, alinhado aos direitos de aprendizagem garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases.

A INFLUÊNCIA DO DISCURSO DE ÓDIO NAS ESCOLAS

O anonimato nas redes sociais facilita a disseminação de discursos de ódio, já que a criação de perfis falsos ou pseudônimos torna difícil a responsabilização pelos atos (Trindade, 2023, p. 79). Essa falta de controle nas plataformas digitais estimula o comportamento abusivo, que pode se traduzir em preconceito e discriminação no ambiente escolar.

Esses discursos se tornam particularmente nocivos nas escolas públicas, onde os alunos, muitas vezes influenciados pelo conteúdo que consomem nas redes sociais, reproduzem atitudes racistas, homofóbicas e sexistas. Conforme Moreira (2019), "o estabelecimento de um grupo racial como parâmetro cultural universal" legitima a exclusão de minorias, o que agrava ainda mais a situação dentro das instituições de ensino.

O Projeto Político-Pedagógico deve assumir um papel proativo na construção de uma cultura de respeito e empatia, utilizando a mediação de conflitos e a comunicação não violenta como instrumentos pedagógicos. Ao valorizar a diversidade e garantir o direito à educação inclusiva, a escola se posiciona como um espaço de resistência à intolerância disseminada pelas redes sociais.

VULNERABILIDADE SOCIAL E EXCLUSÃO ESTRUTURAL

A vulnerabilidade social é um dos principais fatores que agravam os desafios enfrentados pelas escolas públicas. Alunos provenientes de comunidades marginalizadas frequentemente sofrem com a falta de recursos materiais e de apoio familiar, o que compromete seu desempenho acadêmico. Além disso, muitas vezes enfrentam exclusão estrutural dentro da própria escola, em razão do racismo, preconceito de classe e a falta de suporte para alunos com deficiência.

O conceito de exclusão estrutural refere-se a práticas que, ainda que não sejam intencionalmente discriminatórias, perpetuam a marginalização de certos grupos. Moreira (2019) destaca como o racismo institucionalizado cria um ambiente onde as diferenças culturais são vistas como inferiores, reforçando a exclusão de alunos que não se encaixam no "padrão" dominante.

Essas dinâmicas são contrárias aos princípios de inclusão e equidade defendidos pelo Currículo da Cidade de São Paulo. A escola precisa reconhecer e lidar com essas exclusões, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, conforme assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases.

A IMPORTÂNCIA DO PPP NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é a base para a promoção de uma educação inclusiva e democrática. Ele deve ser revisado continuamente para refletir as necessidades da comunidade escolar e para garantir a inclusão de práticas que valorizem a diversidade e respeitem os direitos de todos os estudantes. O Currículo da Cidade de São Paulo propõe que essa inclusão seja orientada pelos princípios de integralidade, inclusão e equidade, garantindo que o direito à aprendizagem seja assegurado a todos, independentemente de suas origens ou condições sociais.

Para isso, é essencial fortalecer o protagonismo dos professores e dos estudantes. O protagonismo dos professores deve ser incentivado por meio de formação continuada e práticas colaborativas, que

permitam o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas à mediação de conflitos e à promoção de uma cultura de paz. O protagonismo estudantil, por sua vez, deve ser promovido por meio da criação de espaços como assembleias e grêmios estudantis, onde os alunos possam exercer seu papel de agentes críticos e conscientes no processo educativo.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

A gestão democrática é um princípio central para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem os direitos dos estudantes e promovam um ambiente de aprendizagem acolhedor. No contexto da escola pública, a gestão democrática deve incluir toda a comunidade escolar – professores, alunos, pais e funcionários – nos processos de tomada de decisão, garantindo que as vozes de todos os envolvidos sejam ouvidas e respeitadas.

Essas práticas pedagógicas devem ser pautadas pelo respeito à diversidade e pelo combate ao preconceito. O uso de mediação de conflitos e de comunicação não violenta, por exemplo, são estratégias que podem ajudar a criar um ambiente escolar mais inclusivo e seguro, onde os estudantes se sintam valorizados. A Lei de Diretrizes e Bases reforça o compromisso da escola em garantir uma educação que promova o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando suas diferenças e assegurando seus direitos.

PROJETO DE LEITURA E ESCRITA PARA REDES SOCIAIS

Com o avanço das redes sociais como principal meio de comunicação entre jovens, é crucial que a escola pública aproveite esse ambiente digital para promover práticas de leitura e escrita que respeitem os princípios dos direitos humanos e incentivem o engajamento político consciente. Nesse sentido, um projeto de leitura e escrita voltado para as redes sociais, integrado ao Projeto Político-Pedagógico, pode ser uma estratégia eficaz para incentivar o protagonismo estudantil e fortalecer a ação pedagógica dos professores, inclusive dos professores módulos que realizam docência compartilhada e substituição.

OBJETIVOS DO PROJETO:

1. Desenvolver habilidades de leitura crítica e argumentação dos estudantes em relação aos conteúdos consumidos nas redes sociais.
2. Promover a produção de conteúdos digitais que respeitem os direitos humanos, com ênfase no combate ao discurso de ódio e na promoção de uma cultura de paz.
3. Incentivar o engajamento político consciente, através de debates e discussões que promovam a cidadania e a participação ativa na vida pública.

ETAPAS DO PROJETO:

1. **Formação dos Professores:** O projeto inicia-se com a formação continuada dos professores, especialmente os módulos, para que possam mediar debates e atividades de leitura crítica nas redes sociais. Eles serão capacitados para trabalhar em docência compartilhada, integrando suas práticas ao cotidiano da sala de aula e à rotina dos professores substituídos.
2. **Debates e Oficinas de Leitura Crítica:** Realização de oficinas semanais para os alunos, abordando temas como discursos de ódio, *fake news* e cidadania digital. Nessas oficinas, os professores, em regime de docência compartilhada, facilitarão discussões sobre como reconhecer e combater o discurso de ódio nas redes.
3. **Produção de Conteúdo para Redes Sociais:** Os estudantes serão incentivados a criar suas próprias postagens nas redes sociais (textos, vídeos, infográficos), baseados nos temas discutidos, sempre respeitando os princípios dos direitos humanos. A supervisão dos professores substitutos será crucial para acompanhar essa produção e garantir que o conteúdo esteja alinhado com os valores discutidos.
4. **Engajamento Político:** O projeto incluirá a realização de debates e atividades que estimulem os alunos a participarem ativamente de questões políticas e sociais. A produção de textos argumentativos para postagens nas redes sociais, focando no engajamento cidadão, será um dos resultados esperados.

OFICINAS DE DIÁLOGO E EXPRESSÃO CRIATIVA: A VOZ ESTUDANTIL**OBJETIVOS DO PROJETO:**

1. Promover a conscientização sobre os direitos humanos e a importância de combatê-los em todos os níveis da sociedade, especialmente nas escolas.
2. Desenvolver habilidades de expressão criativa dos estudantes, utilizando diversas formas de arte, como teatro, poesia, música, e artes visuais, para abordar temas como inclusão, diversidade e respeito.
3. Estimular o diálogo e a reflexão crítica entre estudantes e professores, criando um ambiente de aprendizagem que valorize a escuta ativa e a empatia.

ETAPAS DO PROJETO:

1. **Formação dos Professores e Equipe Escolar:** O projeto começa com uma formação específica para professores e funcionários, incluindo os professores módulos que realizam docência compartilhada e substituição. Essa formação abordará conceitos de direitos humanos,

mediação de conflitos, e técnicas de facilitação de diálogos criativos. A ideia é que toda a equipe esteja preparada para mediar e apoiar as atividades propostas.

2. **Diagnóstico Participativo:** Realização de um diagnóstico participativo envolvendo alunos, professores e comunidade escolar para identificar as principais manifestações de discriminação e discurso de ódio na escola. Esse diagnóstico servirá de base para a definição dos temas a serem trabalhados nas oficinas.
3. **Oficinas de Expressão Criativa:** Serão realizadas oficinas semanais, onde os alunos serão incentivados a explorar temas relacionados aos direitos humanos por meio de diferentes formas de expressão criativa. Cada oficina terá um foco específico, como teatro do oprimido, poesia *slam*, grafite, produção de vídeos curtos de dança ou criação musical, sempre conectando a expressão artística ao combate ao discurso de ódio e à promoção da inclusão.
 - **Teatro do Oprimido:** Técnica teatral desenvolvida por Augusto Boal, que será usada para que os alunos encenem situações de discriminação e explorem soluções por meio da interação com o público.
 - **Poesia Slam e Expressão Oral:** Os alunos serão incentivados a criar e apresentar poesias e discursos que abordem temas como racismo, igualdade de gênero e direitos dos LGBTQIA+.
 - **Artes Visuais e Grafite:** Serão promovidas oficinas de grafite e outras formas de arte visual para que os estudantes possam expressar suas visões sobre inclusão e diversidade em murais e outros espaços da escola.
 - **Produção de Vídeos Curtos:** Os estudantes poderão criar curtas-metragens ou vídeos para as redes sociais, que abordem de forma crítica temas como a discriminação racial, bullying e direitos humanos.
4. **Mostra Cultural e Seminário:** Ao final de cada ciclo de oficinas, será organizada uma mostra cultural aberta à comunidade escolar, onde os estudantes poderão compartilhar suas produções artísticas. Além disso, um seminário com debates e mesas-redondas será realizado para discutir os temas abordados e refletir sobre as aprendizagens adquiridas.
5. **Reflexão e Avaliação Participativa:** O projeto incluirá sessões de reflexão e avaliação participativa, onde alunos e professores poderão discutir os impactos das oficinas e pensar em melhorias e novos temas para os ciclos seguintes.
6. **Integração com o Currículo Escolar:** As oficinas de expressão criativa serão integradas ao currículo escolar e ao Projeto Político-Pedagógico, garantindo que as atividades não sejam isoladas, mas façam parte de um esforço contínuo de promoção da inclusão e da equidade na

escola. Os professores módulos desempenharão um papel essencial, compartilhando suas experiências com os docentes regulares e assegurando a continuidade do projeto.

Resultados Esperados: Desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes sobre os direitos humanos e a importância de combater o discurso de ódio em suas diversas formas; Aprimoramento das habilidades de expressão criativa dos alunos, permitindo que utilizem a arte como uma ferramenta poderosa de comunicação e transformação social; Fortalecimento do protagonismo estudantil, incentivando os alunos a serem agentes de mudança em suas comunidades e a participar ativamente na promoção de uma cultura de respeito e inclusão; Promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e democrático, onde todos os membros da comunidade escolar sintam-se valorizados e respeitados.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS DUAS PROPOSTAS INOVADORAS

O Projeto de Leitura e Escrita para Redes Sociais e as Oficinas de Diálogo e Expressão Criativa sobre Direitos Humanos apresentam abordagens distintas para enfrentar os desafios do discurso de ódio e da vulnerabilidade social no ambiente escolar. Ambas as propostas têm como objetivo fortalecer o protagonismo estudantil e promover uma cultura de respeito e inclusão, mas o fazem através de metodologias diferentes:

O Projeto de Leitura e Escrita para Redes Sociais foca diretamente na interação dos alunos com as plataformas digitais, buscando desenvolver habilidades críticas de leitura e produção de conteúdo que respeite os direitos humanos, ao mesmo tempo em que promove o engajamento político consciente.

As Oficinas de Diálogo e Expressão Criativa oferecem um espaço para que os estudantes explorem temas de inclusão e direitos humanos através da arte e do diálogo, utilizando formas criativas de expressão para refletir e agir contra o discurso de ódio.

Ambas as abordagens são válidas e complementares. Enquanto o primeiro projeto está mais voltado para a mediação do conteúdo digital e a preparação dos alunos para um engajamento consciente nas redes sociais, o segundo valoriza a expressão artística como forma de conscientização e transformação social, proporcionando um ambiente inclusivo dentro e fora da sala de aula. A escolha entre as duas dependerá dos objetivos específicos da escola e das características da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto do discurso de ódio nas redes sociais e os desafios enfrentados pela escola pública demandam uma abordagem pedagógica que priorize a inclusão, equidade e integralidade. O Projeto Político-Pedagógico deve ser o alicerce dessa transformação, garantindo o protagonismo de

professores e estudantes e promovendo práticas pedagógicas que respeitem os direitos humanos e incentivem a cidadania e o engajamento político consciente. A integração dos professores módulos, especialmente aqueles envolvidos em docência compartilhada e substituição, é fundamental para assegurar a continuidade e a coesão dessas práticas dentro do ambiente escolar.

Ao promover um projeto de leitura e escrita voltado para as redes sociais, a escola pública não apenas responde aos desafios impostos pelo discurso de ódio e pela vulnerabilidade social, mas também se posiciona como uma instituição que prepara os estudantes para exercerem sua cidadania de forma crítica e engajada. Esse projeto, ao incentivar a produção de conteúdo que respeite os direitos humanos e ao estimular o debate sobre questões políticas e sociais, contribui para a formação de uma cultura escolar mais democrática e inclusiva.

Em suma, a escola pública deve ser um espaço aonde a educação vai além da simples transmissão de conhecimentos, tornando-se um ambiente de construção coletiva de valores como respeito, diversidade e justiça social. As práticas pedagógicas inclusivas, a gestão democrática e os projetos inovadores, como o de leitura e escrita para redes sociais, são fundamentais para que a escola cumpra sua função social de formar cidadãos críticos, conscientes e atuantes.

Com essa conclusão, este artigo encerra a discussão sobre o impacto do discurso de ódio nas redes sociais e os desafios da vulnerabilidade educacional no ambiente escolar. A proposta apresentada para um projeto de leitura e escrita voltado para as redes sociais, respeitando os princípios dos direitos humanos e incentivando o engajamento político, oferece uma solução concreta para promover uma cultura escolar democrática e inclusiva, alinhada aos princípios do Currículo da Cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HOOKS, bell. *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MOREIRA, Adilson. *Racismo Recreativo*. São Paulo, SP: Pólen Livros, 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. *Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Arte*. 2. ed. São Paulo: SME/COPEP, 2019.